

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 10/01
DE 2001/03/29**

ACTA Nº. 10/2001

Data da reunião ordinária: 2001/03/29

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 09,30 horas

Términus da reunião: 13,30 horas

Resumo diário da Tesouraria: 2001/03/28 162.098.969\$00

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Eng^o. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr^a. Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng^o. António Freire de Oliveira

Eng^o. Luís Manuel Fé de Pinho

Eng^a. Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr^a. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos**, ainda sem a presença do senhor Vereador Hermínio Martinho, e perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi dispensada a sua leitura, nos termos do artigo quarto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. Submetida seguidamente a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **OBRAS - A) DIVERSOS**-----

--- Foi presente o estudo prévio referente à construção da Escola do primeiro Ciclo do Ensino Básico, no lugar de São Domingos, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.-----

--- Nesta altura entrou na sala o senhor Vereador Hermínio Martinho, passando a tomar parte na apreciação dos trabalhos da reunião.-----

--- **B) INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **JOSÉ JOAQUIM SANTOS RATO**, residente no lugar de Chã de Baixo, freguesia de Pernes, deste Município, solicitando informação prévia para legalização de três construções destinadas a pavilhões para actividade avícola.-----

--- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte:-----

--- *“Pretende-se a legalização da utilização de um conjunto de pavilhões a licenciar como aviários (foram licenciados para estábulo de bovinos/ arrecadação de pasto e rações).*-----

--- *Não havendo lugar a aumento de área de ocupação e uma vez que a situação existente (uso de espaço para aviário) foi constituída antes da validação do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas (estabelecimento de animais a menos*

de duzentos metros de habitações) e uma vez que a proposta não se afasta das determinações do Plano Director Municipal (ocupação ≤ catorze por cento, tendo como referência o número dois do artigo sessenta e seis; quadro Anexo II; Espaço agroflorestal), a pretensão reúne condições de viabilização, devendo apresentar-se projecto de licenciamento instruído de acordo com legislação aplicável, nomeadamente Decreto-Lei número sessenta e nove/noventa e seis, de trinta e um de Maio e Portaria duzentos e seis/noventa e seis, de sete de Junho, a sujeitar a parecer da Direcção Regional do Ribatejo e Oeste e Delegação de Saúde (vinculativos).-----

--- Deverá claramente fazer-se a representação à escala um/ dois mil da delimitação da propriedade.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável em face do parecer atrás transcrito.-----

*--- De **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE CIMA**, com sede na Rua Horta do Moinho, no lugar e freguesia de Azoia de Cima, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma escola pré-primária e primeiro ciclo do ensino básico, no lugar e freguesia da sua sede.-----*

*--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação:-----*

--- “É solicitada informação sobre a viabilidade de construção de estabelecimento de ensino (escola pré-primária - básico, primeiro ciclo), a levar a efeito na freguesia da Azoia de Cima, em espaço classificado de urbano consolidado; -----

--- A função proposta, equipamento de natureza escolar, é compatível com a classe de espaço onde se insere, de acordo com o disposto no quadro anexo II do Plano Director Municipal;-----

--- No local encontram-se já construídos os edifícios da Junta de Freguesia e pavilhão desportivo; -----

--- Julga-se poder viabilizar-se a pretensão, desde que emitido parecer favorável da Direcção Regional da Educação de Lisboa; -----

--- Importa ainda referir, que o projecto deverá assegurar as condições de

acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente no que diz respeito à circulação no interior do edifício (entre pisos; instalações sanitárias já previstas);-----

--- *Julga-se ainda que deverá ser previsto projecto de arranjos exteriores, no sentido de garantir uma valorização e enquadramento da proposta.*”-----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado que a pretensão é viável nas condições referidas, devendo ficar garantido o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis e a aferir pela Direcção Regional da Educação de Lisboa, entidade consultada e que deverá pronunciar-se quando da avaliação do projecto de arquitectura, na fase de aprovação estabelecida no número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco/noventa e um, de vinte de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta/noventa e quatro, de quinze de Outubro.-----

--- Deliberado, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável em face das informações técnicas prestadas. -----

--- **C) LOTEAMENTOS**-----

--- **J.C. MENDONÇA & FILHOS, LIMITADA**, com sede na Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, número quarenta e nove – quarto, freguesia de Salvador, nesta Cidade, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar de Monte Cravo, freguesia de São Nicolau, também nesta Cidade.-----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

“É apresentada proposta de licenciamento de operação de loteamento, a levar a efeito em espaço classificado de urbano consolidado de média densidade – Z dois, dentro do perímetro urbano da Cidade, para a qual foi solicitada informação prévia, e obtido deferimento. Verifica-se que a área a lotear identificada, corresponde à indicada no processo de informação prévia.-----

--- *Relativamente à proposta apresentada, informa-se que embora numa primeira análise se julgue garantido o enquadramento no Regulamento do Plano Director*

Municipal, nomeadamente os índices previstos no artigo cinquenta e quatro, considera-se porém existirem algumas situações a esclarecer e corrigir, no sentido de permitir uma correcta aferição: -----

--- Um – Identificação clara da área total da propriedade, da área a lotear e da parcela sobrante (a soma dos valores apresentados não corresponde ao indicado no registo da posse); -----

--- Dois – Identificação do valor correcto correspondente à área de construção do lote quatro, que se julga ser de duzentos e trinta e seis metros quadrados (memória descritiva) e não o indicado na planta de síntese de quinhentos e trinta e seis metros quadrados; -----

--- Três – Deverá ser identificada no quadro da planta de síntese a área das caves e o número de lugares de estacionamento previstos no interior dos lotes; -----

--- Quatro – Relativamente à cota de soleira proposta de um vírgula cinco metros acima do pavimento exterior, informa-se que a altura máxima admissível acima da cota do passeio, de acordo com o parecer do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, constante na informação prévia, é de um metro. -----

--- Cinco - Embora se verifique garantido o estacionamento público exigido pela Portaria número mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro, sugere-se um reforço do número de lugares para apoio ao miradouro; -----

--- Seis - Julga-se que deverá ser garantida uma largura mínima de três metros para acesso à parcela sobrante; -----

--- Verifica-se que a área proposta para cedência ao domínio público, a dimensionar de acordo com o previsto na informação prévia e com a Portaria mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro, garante o cumprimento dos valores mínimos exigidos: equipamento + espaços verdes e de utilização colectiva (miradouro) = mil e noventa e oito metros quadrados > quatrocentos e vinte metros quadrados. -----

--- Importa referir, que os Espaços Verdes e de Utilização Colectiva propostos deverão ser objecto de projecto específico, considerando-se pertinente sugerir, que a altura do

muro de suporte previsto para o miradouro seja atenuada, prevendo-se um sistema de suporte da vegetação natural no seu embasamento, reduzindo-se a altura do alçado em alvenaria pintada. Deverão ainda ser identificados no passeio os acessos às garagens dos lotes.-----

--- *Verifica-se que foi garantido o dimensionamento mínimo de dois vírgula vinte cinco metros de largura dos passeios, (proposta de três metros) de acordo com as recomendações previstas no Decreto-Lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio.*-----

--- *Face ao acima exposto, julga-se que deverá ser revista a proposta tendo em atenção as considerações acima referidas, informa-se que o técnico autor do proposta esteve presente em reunião, no sentido de proceder à correcção das situações acima descritas.*

--- *Por último, julga-se de assinalar o carácter da intervenção, que contribui para a valorização e consolidação urbana de uma área que se encontrava ainda expectante, e que vem assim dinamizar e proporcionar a utilização de mais um espaço público no topo do planalto.”*-----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado o seguinte:-----

--- *“Deverá, ainda, informar-se o requerente da necessidade de o projecto ser elaborado por uma equipa multidisciplinar e de a planta de síntese dever ser completada com o traçado das infra-estruturas. O espaço destinado a miradouro deverá ser considerado, apenas, espaço verde e de utilização colectiva.”*-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o presente estudo de acordo com os pareceres técnicos prestados.-----

--- De **MADEIRA, RAFAEL & PEREIRA, LIMITADA**, com sede na Rua Casal do Provedor, número um – terceiro Andar, freguesia de Marvila, nesta Cidade, solicitando isenção do pagamento das taxas referentes à emissão alvará de loteamento, referente a uma propriedade sita no Mergulhão – Vale de Estacas, freguesia de Salvador, também nesta Cidade.-----

--- Na sequência da deliberação camarária de vinte oito de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, deferir a pretensão isentando o requerente do pagamento das respectivas taxas.-----

--- De **RAFAEL & PEREIRA, LIMITADA**, com sede na Rua Doutor Jorge de Sena, no lugar de Alto do Bexiga, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando recepção provisória das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número seis/noventa e seis, sita no lugar da sua residência. -----

--- Pela **Comissão de Vistorias**, foi concluído o seguinte: -----

--- *“Vistoriada a obra, foi verificado que as infra-estruturas do loteamento se encontram executadas conforme os projectos aprovados, pelo que se encontram em condições de serem recebidas provisoriamente.”* -----

--- Deliberado, por unanimidade, receber as obras de urbanização provisoriamente, de acordo com o auto de vistoria emitido.-----

--- De **SÓNIA MARIA MADEIRA DA SILVA**, residente na Rua Dezanove de Março, número trinta e nove, Casal de Santo António, freguesia de Salvador, nesta Cidade, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no local da sua residência.-----

--- O **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informou que dados aos elementos constantes do processo verifica-se que o projecto de loteamento poderá ser aprovado.-----

--- Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente estudo de loteamento de acordo com os pareceres técnicos emitidos, devendo a requerente apresentar os projectos das obras de urbanização no prazo de um ano. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **FEIRA DO MILAGRE – ARREMATACÃO** – De harmonia com o edital número setenta, de vinte e dois de Março do corrente ano deveria, nesta data, proceder-se à arrematação dos pedidos de marcação de lugares para a feira em epígrafe, contudo não

houve apresentação de qualquer proposta, entregue nos serviços, bem como não se encontrava presente na sala qualquer interessado. -----

--- **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DOIS MIL, DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE**

SANTARÉM – Foram presentes, para apreciação e votação, os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento I e II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O senhor **Presidente** procedeu à apresentação do **Relatório e Contas da Câmara Municipal**, destacando os aspectos que considerou mais importantes. -----

--- Seguiu-se amplo debate, com intervenções dos senhores Vereadores Fé de Pinho, Vicente Batalha, António Oliveira e Rosa Maria Feliciano.-----

--- O senhor Presidente, após algumas explicações, submeteu a votação o Relatório e Contas da Câmara Municipal de Santarém, do ano dois mil, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com votos contra dos senhores Vereadores Rosa Maria Feliciano, António Oliveira e Vicente Batalha. -----

--- Apresentaram **declarações de voto**: -----

--- Senhor **Vereador António Oliveira**, em seu nome e no da senhora **Vereadora Rosa Maria Feliciano** – “Votámos contra acima de tudo pela baixa execução que foi patente durante a gestão do ano dois mil, nomeadamente ao nível das despesas de capital que ficaram abaixo dos noventa por cento.”-----

--- Senhor **Vereador Vicente Batalha** – “O meu voto expressa aquilo que inicialmente já tinha dito relativamente às duas preocupações fundamentais. Uma, a baixa taxa de execução das despesas de capital com as alterações feitas sobre a previsão inicial diminuiu ainda mais a percentagem de execução. Por outro lado, algumas dificuldades de compatibilização entre algum aproveitamento dos recursos humanos da Câmara Municipal e a aquisição de serviços para além de alguma discrepância entre os diversos sectores da Câmara Municipal.” -----

--- **Senhor Presidente** – “Nós socialistas, sem ignorar insuficiências que se explicam

pela não atribuição de pagamento em sede do Quadro Comunitário de Apoio que já foi iniciado para além das vicissitudes causadas pelas intempéries, queríamos sublinhar como muito positivo a circunstância da gestão se pautar por um acréscimo da receita em trinta e nove por cento relativamente a mil novecentos e noventa e nove o que se traduz em um milhão novecentos e dezassete mil quinhentos e vinte e três contos. Por outro lado, gostaríamos de dar conta, junto dos munícipes de Santarém que fizemos e pagámos investimentos de três milhões seiscentos e nove mil cento e um contos o que significa para nós obra de grande relevância para o desenvolvimento local e regional integrados. -

--- A nossa acção abrangente, onde muitos colaboraram, designadamente, todos os funcionários, as juntas de freguesia, permitiu uma poupança de seiscentos e quatro mil e dois contos, devidamente canalizada para o investimento, o que se pautou por uma taxa de dezassete por cento desse mesmo esforço do agregado de capital.”-----

--- Durante a apreciação deste assunto o senhor Vereador Hermínio Martinho teve que se ausentar, a fim de participar, em Lisboa, em reunião com o senhor Presidente da Assembleia da República, não tendo já participado na respectiva votação, bem como na apreciação dos restantes assuntos da presente reunião.-----

--- Seguidamente o senhor **Vereador Botas Castanho** procedeu à apresentação do **Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados**, sublinhando os aspectos de maior interesse.-----

--- Após breve troca de impressões, o senhor Presidente submeteu também a votação o Relatório e Contas de Gerência dos Serviços Municipalizados, do ano dois mil, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- A senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano não participou na apreciação e votação deste Relatório e Contas, em virtude de apenas hoje ter tido acesso ao respectivo documento.-----

--- Mais foi deliberado remeter os documentos à Assembleia Municipal de Santarém para efeitos de apreciação e votação.-----

--- O senhor Vereador Fé de Pinho não participou na votação deste assunto por não ter

tido tempo suficiente para o analisar previamente. -----

--- **PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DOIS MIL E UM DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM** – Foi presente a primeira

Revisão do orçamento de dois mil e um, dos Serviços Municipalizados de Santarém, aprovada em reunião do respectivo Conselho de Administração, realizada no dia vinte e seis do corrente mês. Do processo consta a informação número sete-DF/dois mil e um, do seguinte teor: -----

--- “O Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis/noventa e três, de vinte e seis de Junho, que estabelece o regime contabilístico dos Serviços Municipalizados estabelece, no número dois do seu artigo nono, que “Os valores previstos quanto a empréstimos, bem como a subsídios para exploração e para investimento, só podem ser considerados nos documentos previsionais depois de a sua contratação ao atribuição ter sido deliberada de forma adequada pela entidade competente”. -----

--- As alíneas a) e b) do número seis do artigo décimo do mesmo diploma dispõem que o aumento do valor de empréstimos contratados, desde que previamente aprovados pelo órgão competente, e a aprovação dos subsídios para investimento dão origem a uma revisão do Orçamento. -----

--- Os preceitos atrás citados, independentemente da sua pertinência, têm justificado a grande maioria das revisões do Orçamento dos Serviços Municipalizados, que têm sido submetidas à apreciação da Câmara e Assembleia Municipais, desde que vigora o regime contabilístico instituído pelo Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis/noventa e três, de vinte e seis de Junho. -----

--- E são estas, uma vez mais, as razões que conduzem à proposta de revisão do orçamento, que aqui se apresenta. -----

--- Com efeito, a existência de intenções ou previsões nem sempre são base suficiente para a elaboração de documentos legais, em especial quando a própria lei impõe a observância de formalismos que considera indispensáveis. É este o caso da contracção de um empréstimo de médio e longo prazo, para financiamento de investimentos

relacionados com o projecto de Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água a Santarém e Núcleos Suburbanos. Já devidamente aprovada (por maioria na Câmara Municipal, e por unanimidade na Assembleia Municipal), é agora possível inscrever esta receita nos documentos previsionais, de forma que possa ser efectivamente utilizado, quando terminado o processo de contratação.-----

--- No âmbito das especificações técnicas relativas ao desenvolvimento e gestão da obra, considerou-se preferível que parte do investimento (a aquisição de tubagens) seja gerido directamente pelos Serviços. A transposição desta opção para as demonstrações financeiras traduz-se num aumento do consumo de existências, com contrapartida no aumento da rubrica trabalhos para a própria entidade.-----

--- Razão diferente, leva à inscrição de reforço de subsídios ao investimento. Aquando da elaboração do Orçamento em vigor, existia a expectativa de se concretizarem ainda em dois mil os primeiros recebimentos de participações comunitárias. Como tal, optou-se por apresentar uma revisão ao Orçamento de dois mil, com inscrição da parte esperada para esse ano, e a inscrição do restante no Orçamento de dois mil e um. -----

--- Uma vez que em dois mil não se concretizou qualquer recebimento, o montante inscrito no Orçamento de dois mil e um encontra-se agora subavaliado. -----

--- Aproveita-se a oportunidade para propor a consideração, nos mesmos documentos previsionais, de dois outros factos: a mais-valia gerada pela venda de uma retro-escavadora (mil e vinte contos), e a aquisição (em sistema de locação financeira) de um equipamento de cópia e impressão, com retoma de equipamentos que proporcionará uma mais-valia de cerca de dois mil e trezentos contos. -----

--- Nas modificações agora propostas é também considerado o aumento dos encargos financeiros decorrente quer da contracção do empréstimo (ca. dois mil e quinhentos contos) quer da operação de locação financeira (ca. trezentos e vinte contos). -----

--- De seguida apresentam-se, esquematicamente, as modificações propostas.-----

| PPI | | |
|------------|--|----------|
| 01.02.449 | Remod. Sist. Abast. Água Santarém e Núcleos Suburbanos | + 95 900 |

| | | |
|----|----------------------------|-----------|
| 06 | Equipamento de informática | + 6 610 |
| | | + 102 510 |

| DPOAF | | | |
|--|---------------------|---|---------------------|
| ORIGEM | | APLICAÇÃO | |
| Internas: Resultado líquido do exercício | + 500 | Mov. fin. mlp: Dim. dív. a terceiros mlp: Fornecedores de imobilizado | + 1 940 |
| Externas: Subs. atrib. para investimento | + 52 468 | Aumentos de imobilizações: Trab. entidade p/ela própria: Imobilizações em curso | + 22 000 |
| Mov. fin. mlp: Aum. dív. a terceiros mlp: Dívidas a inst. Crédito Fornecedores de imobilizado | + 90 000 + 3 800 | Aquisição de imobilizações: Equip. de informática Imobilizações em curso | + 6 610 + 73 900 |
| Diminuição de imobilizações: Cessão de imobilizado: Equip. de informática | + 500 | | |
| Diminuição dos fundos circulantes | - 17 376 | Aumento dos fundos circulantes | + 25 442 |
| | + 129 892 | | + 129 892 |

| DPVFC | | | |
|---|-----------|--|-----------|
| 1 – Aumentos das existências: Matérias-primas, subs. Cons. | + 22 000 | 1 – Diminuições das existências: Matérias-primas, subs. cons. | + 22 000 |
| 3 – Diminuições div. 3os cp.: Forn. imobilizado c/c | + 145 783 | 3 – Aumentos div. 3os cp.: Forn. imobilizado c/c | + 102 965 |
| 5 – Diminuição fundos circulantes | - 17 376 | 5 – Aumento fundos circulantes | + 25 442 |
| | + 152 707 | | + 150 407 |

| DPR | | |
|------------|---|----------|
| 61 | CUSTOS E PERDAS Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas: ----Matérias | + 22 000 |
| 681 | Juros suportados | + 2 820 |
| 88 | Resultado líquido do exercício | + 500 |
| | | + 25 320 |
| | PROVEITOS E GANHOS | |
| 75 | Trabalhos para a própria entidade | + 22 000 |
| 79 | Proveitos e ganhos extraordinários | + 3 320 |
| | | + 25 320 |

--- Estas modificações constituem, nos termos do disposto no já citado Decreto-Lei número duzentos e vinte e seis/noventa e três, de vinte e seis de Junho, uma Revisão, sendo da competência da Assembleia Municipal, a quem deverá ser proposta pela Câmara Municipal.-----

--- Juntam-se os documentos previsionais em vigor e os resultantes das modificações agora propostas.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Fé de Pinho, ratificar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém, de vinte e seis do corrente mês, e remeter o assunto à Assembleia Municipal de Santarém para efeitos de apreciação e votação. -----

--- **AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO POMBALINHO – MINUTA DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA** – Foi presente, para conhecimento, a minuta da escritura de compra e venda de um terreno, com a área de seis mil e oitenta metros quadrados, sito na freguesia do Pombalinho, propriedade do senhor José Duarte Simões, no valor de quatro milhões duzentos e cinquenta e seis mil escudos, que mereceu o despacho de concordância do Senhor Presidente, exarado em vinte e dois do corrente mês. -----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE VAQUEIROS – DOAÇÃO DE LOTES DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL** – Pela Secção de Notariado e Contencioso foi presente a informação número três/dois mil e um, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência dos contactos mantidos com a Junta de Freguesia de Vaqueiros, no sentido de se proceder à construção de habitação social naquela freguesia, a Assembleia de Freguesia deliberou, em sessões de vinte e seis de Fevereiro de dois mil e trinta e um de Janeiro de dois mil e um doar à Câmara Municipal de Santarém, os lotes de terreno

números dois, três, quatro, cinco, seis e sete, que fazem parte do alvará número dois/noventa e oito. -----

--- Neste sentido, torna-se necessário que o Executivo Municipal aceite a referida doação, por forma a proceder-se à respectiva escritura.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação.-----

--- **LISTORRES LIMITADA – PRÉMIO POR ANTECIPAÇÃO DA CONCLUSÃO DA EMPREITADA DA SEGUNDA FASE DA CASA DO BRASIL**

– Na sequência do pedido de pagamento do prémio em epígrafe, pelo Director do Departamento Administrativo e Financeiro foi presente a informação número quinze/DAF/dois mil e um, do seguinte teor:-----

--- “Em resposta ao solicitado pela empresa LISTORRES, Limitada, em ofício datado de vinte e dois de Novembro de dois mil e na sequência da informação número quarenta e oito/dois mil e um do Departamento de Obras Municipais e do parecer do Consultor Jurídico em ofício datado de quinze de Março último, sobre o assunto em epígrafe, cumpre-me solicitar a V. Ex.^a a autorização para a despesa no valor de vinte e cinco milhões cento e setenta e nove mil e oito escudos mais IVA, referente ao prémio de vinte dias de antecipação do prazo de conclusão da obra. -----

--- Mais solicito que para o efeito seja feita a necessária alteração orçamental.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores Rosa Maria Feliciano, António Oliveira e Vicente Batalha, autorizar a despesa no valor de vinte e cinco milhões cento e setenta e nove mil e oito escudos, acrescida de IVA referente ao prémio de vinte dias de antecipação do prazo de conclusão da obra, autorizando ainda a correspondente alteração orçamental.-----

--- **GABINETE TÉCNICO LOCAL DA RIBEIRA DE SANTARÉM E ALFANGE – DECLARAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE DE INTERVENÇÃO DE ARQUITECTOS**

– Pelo Arquitecto Coordenador do Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange, foi presente a informação número trinta e um, de doze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “De acordo com as análises urbana e arquitectónica efectuada aos núcleos da Ribeira de Santarém e Alfange, verificou-se estarmos perante dois aglomerados de inigualável valor patrimonial e de características genuínas que os diferenciam do Planalto. A paralisação do desenvolvimento urbano durante grande parte do século XX, permitiu a manutenção tanto de parte da estruturação urbana medieval, como, nalguns casos, edifícios de épocas anteriores ao sismo de mil setecentos e cinquenta e cinco.-----

--- Tendo em conta que, até hoje, os processos de obras para estes núcleos, nomeadamente os projectos de arquitectura, são na sua grande maioria de fraca qualidade e subscritos por Engenheiros Civis, cuja profissão não habilita ao desenvolvimento deste tipo de exercício, torna-se indispensável a implementação de um instrumento que restrinja aos Arquitectos a responsabilidade pelos referidos projectos como forma de preservar as características seculares destes locais. -----

--- Como tal e de harmonia com o número quatro do artigo três, do Decreto-Lei número setenta e três/setenta e três, de vinte e oito de Fevereiro, sugere-se que seja iniciado o processo a ser apresentado na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano para a classificação da área de intervenção do Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange definindo a obrigatoriedade de intervenção de Arquitectos nos projectos de novos edifícios e nos de alteração em edifícios existentes que envolvam modificações na sua expressão plástica.” -----

--- Na sequência desta informação, a senhora **Vereadora Graça Morgadinho** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Concordo.-----

--- A adopção desta medida parece-me de toda a conveniência para a intervenção urbanística que se preconiza para a zona.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, concordar com o sugerido na informação atrás transcrita. -----

--- **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE**

ALCANEDE – Pelas escolas constituintes da proposta de agrupamento de escolas de Alcanede foi solicitada a emissão de parecer favorável à respectiva constituição. Para o efeito remeteram os fundamentos, objectivos e caracterização, que a seguir se transcrevem: -----

--- “Apesar do manifesto interesse que constitui para as diferentes comunidades educativas a constituição do agrupamento, consideramos dever colocar algumas questões que, tendo sido levantadas nas reuniões preparatórios para a sua criação, reflectem o ponto de vista dos docentes e a sua preocupação com o facto do agrupamento poder vir a ser mais uma criação meramente administrativa, sem a efectiva alteração das práticas existentes e o envolvimento das instituições responsáveis. -----

--- Assim, consideramos que deverão ser garantidos os seguintes aspectos: -----

--- a realização de obras na escola sede do agrupamento para a criação de condições mínimas para a instalação do conselho executivo do agrupamento; -----

--- a construção a curto prazo de infra-estruturas fundamentais para os alunos, inexistentes quer na sede do agrupamento, quer na freguesia onde esta está implantada, nomeadamente um centro de recursos e um pavilhão gimnodesportivo; -----

--- o cumprimento do disposto nos artigos décimo e décimo quarto do Decreto Regulamentar doze/dois mil, de vinte e nove de Agosto, nomeadamente no que se refere às obrigações das autarquias para com os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do primeiro ciclo, bem como os direitos adquiridos pelos Jardins de Infância referentes à verba atribuída pelo Ministério da Educação no valor de cinquenta e seis mil escudos/ano/sala, a qual deverá ser mantida; -----

--- a participação da autarquia no transporte dos alunos entre as diferentes escolas do agrupamento. -----

--- Relativamente à integração neste Agrupamento das escolas de primeiro ciclo de Amiais de Baixo, Amiais de Cima e Cortiçal, e o Jardim de Infância de Amiais de Baixo, a Assembleia de Escola reuniu no passado dia sete de Março e deliberou que esta seria temporária até à construção da escola E.B. um, dois, três de Amiais de Baixo, devido à

escassez de espaços físicos da escola/sede para comportar os alunos das mesmas. -----

--- Refira-se ainda que esses mesmos alunos, terão de continuar o seu percurso escolar no concelho de Alcanena, como acontece presentemente, devido à falta de condições para os comportar. -----

--- Para além disso, é de extrema importância a criação de espaços com as condições compatíveis ao desenvolvimento das várias actividades dos alunos envolvidos, nomeadamente um pavilhão gimnodesportivo, centro de recursos e uma sala polivalente.

--- **FUNDAMENTOS**-----

--- O isolamento em que se encontram as escolas do primeiro ciclo e os jardins de infância.-----

--- A possibilidade de, através de um projecto educativo comum, viabilizar um percurso educativo coerente.-----

--- A necessidade de dar continuidade ao percurso escolar dos alunos iniciado no jardim de infância ou na escola do primeiro ciclo, prevenindo nomeadamente situações de abandono escolar precoce. -----

--- O acesso das escolas do primeiro ciclo e jardins de infância aos recursos pedagógicos existentes na escola sede e a rentabilização da sua utilização.-----

--- A rentabilização dos recursos humanos disponíveis na escola sede, nomeadamente no que diz respeito aos serviços de administração escolar e a docentes de áreas disciplinares específicas. -----

--- **OBJECTIVOS A ATINGIR** -----

--- Reduzir o isolamento a que estão sujeitos alunos e professores do primeiro ciclo e jardins de infância, devido às condicionantes geográficas desses estabelecimentos de ensino. -----

--- Melhorar a articulação entre os currículos dos diferentes níveis de ensino, garantindo a coerência e a continuidade entre os diferentes ciclos do ensino básico.-----

--- Permitir uma sequencialidade do percurso escolar dos alunos, através de projectos educativos comuns. -----

--- Proporcionar aos alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo o acesso a meios e materiais que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens. -----

--- Permitir aos alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo o acesso a novas áreas curriculares e a actividades de complemento curricular. -----

--- Fomentar o trabalho de equipa entre os professores dos diferentes níveis de ensino. -

--- Promover uma maior interligação entre as diferentes escolas e os vários parceiros da comunidade envolvente. -----

--- CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS -----

| ESTABELECIMENTOS A AGRUPAR | POPULAÇÃO ESCOLAR ABRANGIDA | RECURSOS HUMANOS | | |
|---|-----------------------------------|------------------|-----------------|---------------------|
| | | Professores | Aux Ac. Educ | Func Adm Escolar |
| E.B. 2,3 de Alcanede | 376 | 52 | 19 | 8 |
| E.B. 1 de Abrã | 14 | 1 | 1 a) | - |
| E.B. 1 de Alcanede | 38 | 4 | 1 | - |
| E.B. 1 de Aldeia de Além | 3 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Aldeia da Ribeira | 12 | 1 | 1 a) | - |
| E.B. 1 de Alqueidão do Mato | 15 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Casais da Charneca | 13 | 1 | 1 a) | - |
| E.B. 1 da Gançaria | 17 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Mata do Rei | 8 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Mosteiros | 8 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Pé da Pedreira/ Barreirinhas | 28 | 2 | 1 a) | - |
| E.B. 1 de Vale do Carro | 27 | 3 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Vale da Trave | 7 | 1 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Valverde | 9 | 1 | 1 a) | - |
| E.B. 1 de Viegas | 14 | 1 | 1 b) | - |
| J.I. de Alcanede | 50 | 2 | 5 | - |

ACTA Nº. 10/01
Reunião de 29 de Março de 2001

| | | | | |
|-------------------------------|----|---|------|---|
| J.I. de Abrã | 19 | 2 | 2 | - |
| J.I. de Barreirinhas/Murteira | 4 | 1 | 1 | - |
| J.I. de Casais da Charneca | 20 | 1 | 2 | - |
| J.I. de Gançaria | 14 | 1 | 1 | - |
| J.I. de Valverde | 15 | 1 | 2 | - |
| E.B. 1 de Amiais de Baixo | 69 | 6 | 2 a) | - |
| E.B. 1 de Amiais de Cima | 21 | 2 | 1 b) | - |
| E.B. 1 de Cortiçal | 18 | 1 | 1 b) | - |
| J.I. de Amiais de Baixo | 43 | 2 | 2 | - |

--- a) Assalariada com 40 horas mensais -----

--- b) Assalariada com 20 horas mensais -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, emitindo parecer favorável à constituição do Agrupamento de Escolas de Alcanede. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALCANHÕES – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA** – Na sequência do pedido de subsídio efectuado

pela Junta de Freguesia em epígrafe para aquisição de uma ambulância nova para substituição de outra mais antiga, o senhor Vice-Presidente emitiu a seguinte proposta: -

--- “Considerando as exigências técnicas impostas pelos Serviços de Saúde para aceitação das ambulâncias, proponho a concessão de um subsídio de quatrocentos mil escudos.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Botas Castanho, atribuindo, à Junta de Freguesia de Alcanhões, um subsídio no montante de quatrocentos mil escudos. -----

--- **PROJECTO PONTE – PEDIDO DE APOIO** – Pelo Projecto Ponte-Medicina foi presente a seguinte carta:-----

--- “O Projecto Ponte foi criado em mil novecentos e oitenta e nove por iniciativa de um grupo de estudantes das Faculdades de Medicina e Ciências Médicas de Lisboa. Com o

objectivo de cooperação e intercâmbio na área da saúde tem desenvolvido acções de prevenção da doença, informação, educação e promoção da saúde em Portugal, em escolas, e nos países lusófonos, nomeadamente Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, com o apoio de entidades responsáveis – Projecto Nacional/Internacional.

--- A nível internacional e à semelhança de anos anteriores, privilegiamos para este ano, as acções de educação e promoção da saúde junto das populações de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique. Actuaremos particularmente nas áreas de higiene oral junto das crianças, e na prevenção do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida para adolescentes e adultos, não descurando outras áreas como doenças de transmissão sexual, planeamento familiar, saúde materno-infantil, higiene alimentar, diarreias, rehidratação oral, toxicodependências e alcoolismo. -----

--- Sendo o Projecto Ponte um projecto de voluntariado, não desenvolve actividades com fins lucrativos, dependendo exclusivamente de patrocínios de instituições públicas e privadas ligadas ao ensino, juventude, cooperação e medicina, que contribuem com dinheiro, medicamentos, material didáctico e audiovisual e ainda material variado como panfletos informativos, preservativos, seringas, escovas de dentes e outros. -----

--- Assim, face ao exposto, e dado a vossa Câmara ter gemação com a Brava, localidade abrangida pelo Projecto, apelamos a V. Ex.^a para a atribuição de um patrocínio de dinheiro, material didáctico ou outro que puder disponibilizar pois, do vosso apoio depende o êxito deste projecto que tem procurado contribuir para a melhoria dos níveis de saúde em países de expressão portuguesa. -----

--- A realização de projectos deste género é muito importante para as populações alvo das nossas acções, dadas as carências a que estão submetidas. Por outro lado, é também uma experiência enriquecedora para os elementos que nela participam do ponto de vista de formação médica, social e humana. Assim, é nosso objectivo incrementar o projecto em dois mil/dois mil e um, aumentando as regiões geográficas abrangidas em Portugal e em África. -----

--- É nossa intenção continuar este ano o trabalho que temos vindo a desenvolver com

igual empenho e entusiasmo e esperamos poder contar convosco nesta iniciativa pelo que ficamos a aguardar a vossa resposta, com a brevidade possível, disponibilizando-nos para posterior reunião ou contacto telefónico/fax, se assim o desejarem.” -----

--- O senhor Vereador da Saúde propôs: -----

--- “Considerando o interesse dos objectivos prosseguidos em prol da saúde das populações de Moçambique e de Cabo Verde, com incidência directa na Ilha da Brava, com a qual Santarém está geminada, proponho a atribuição de um subsídio a este Projecto no valor de cem mil escudos.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Botas Castanho, atribuindo subsídio no montante de cem mil escudos. -----

--- **LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM – PEDIDO DE LOUROGEST – SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA LIMITADA** – Pela firma Lourogest foi presente uma carta com o seguinte teor:-----

--- Possui a Lourogest – Sociedade de Gestão Imobiliária, Limitada, com sede em Amiais de Cima, Abrã, um conjunto de propriedades que confinam com a Zona Industrial de Santarém, definidas no Plano Director Municipal de Santarém como espaços verdes de infra-estruturas, as quais pretende destinar ao uso industrial com a finalidade de ampliar a Zona Industrial de Santarém que se encontra muito carente de áreas para a expansão industrial e fixação de pequenas e médias indústrias.-----

--- Com a intenção de darmos sequência à nossa pretensão solicitamos uma reunião com o senhor Director do Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal, a qual se realizou no passado mês de Janeiro. -----

--- Na reunião estiveram presentes o responsável financeiro da LOUROGEST – Sociedade de Gestão Imobiliária, Limitada, e a senhora arquitecta Lurdes Duarte, representante do Gabinete de Projectos que contratamos para desenvolver o estudos que pretendemos realizar. -----

--- Na referida reunião o senhor Director da Gestão Urbanística da Câmara indicou-nos que para que a nossa intenção de legalização das propriedades como áreas de uso

industrial fossem avaliadas, deveriam estas serem sujeitas à realização de um Plano de Pormenor que incluíssem as áreas que lhe são envolventes, obedecendo às regras urbanísticas em vigor para o Concelho de Santarém e indicadas no Plano Director Municipal de Santarém. -----

--- Informou-nos ainda o senhor Director do Urbanismo que um Plano de Pormenor é uma figura urbanística de ordenamento do território sobre a qual compete à Câmara a sua realização e execução. -----

--- verificando-se que temos bastante urgência que as nossas propriedades passem a ter um uso condicente com a nossa pretensão, garantindo o respeito pelas normas urbanísticas e legais em vigor, colocando-nos à disposição da Exm^a. Câmara Municipal de Santarém para que o nosso Gabinete de Projectos execute, a nossas custas, o Plano de Pormenor ou loteamento necessário para a viabilização desta pretensão. -----

--- Esta pretensão parece-nos ir ao encontro da política da Câmara Municipal de Santarém na necessidade do desenvolvimento industrial do Concelho e particularmente da cidade, principalmente na instalação de pequenas e médias empresas as quais contribuirão para o desenvolvimento do Concelho de Santarém. -----

--- Caso esta nossa pretensão recolha decisão favorável e nos seja transmitida qual a figura urbanística, área e parâmetros urbanísticos sobre os quais recairá o estudo, iniciaremos o mesmo, solicitando, para o efeito, que a Câmara nomeie um seu representante político ou técnico para o acompanhamento do nosso trabalho, de maneira que o mesmo seja coroado de êxito no mais curto tempo.” -----

--- Na sequência desta carta pelo senhor **Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano** foi prestada a informação número vinte/dois mil e um, de vinte do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “... A alteração do uso do solo só poderá ser viabilizada mediante alteração do Plano Director Municipal (artigo setenta e um do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro) ou elaboração de um Plano de Pormenor sujeito a ratificação superior que poderá ser elaborado pela empresa. -----

--- Em termos técnico jurídicos nada parece obstar a que um particular doe a título gratuito um plano de pormenor a uma Câmara e que esta o aceite. -----

--- A alínea b) do número quatro do artigo segundo do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, ao estatuir que a elaboração dos planos municipais compete à Câmara Municipal, tem um duplo sentido de, por um lado, afirmar que não compete à Administração Central mandá-los elaborar, já que se trata de planos municipais e por outro lado, o definir que a Câmara Municipal é o órgão competente para mandar elaborar tais planos. -----

--- Desta norma não pode retirar-se a conclusão de que um particular não possa oferecer à Câmara municipal um Plano de Pormenor, que esta entidade poderá, ou não, fazer seu e aprová-lo, ou não. -----

--- Carecendo de ratificação superior não poderá de imediato, a Câmara municipal no âmbito das suas competências autorizar a passagem a espaço industrial do referido terreno, podendo contudo, caso assim o considere oportuno, mandar elaborar o Plano de Pormenor nos termos do disposto no número dois, artigo noventa e quatro do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo ao Consultor Jurídico para emissão de parecer e solicitar um historial completo do processo relativo aquele terreno.

--- **A Câmara deliberou, por unanimidade, introduzir na presente ordem de trabalhos, os seguintes assuntos, face à urgência da sua resolução:** -----

--- **VISTORIA** – Na sequência da deliberação camarária de vinte e nove de Julho de mil novecentos e noventa e oito pela senhora **Celestina Pires Silva Braz**, residente no Beco de São Lázaro, número sete, freguesia de Marvila, desta Cidade, foi remetida, a esta Câmara, uma carta onde reporta o agravamento da situação da sua habitação. Em face da mencionada carta o senhor Engenheiro Jorge Albergaria, do **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** deslocou-se ao local, tendo prestado a informação número cinquenta e três/dois mil e um, de vinte e seis do corrente mês, que se transcreve: -----

--- “...Da vistoria efectuada ao referido imóvel, verificou-se que ruiu parte da parede de

um quarto, localizada a Este, encontrando-se o restante pano de parede em risco de eventual desmoronamento total, dado que a parede apresenta bastante humidade, pois trata-se de um local de confluência de águas de duas coberturas, encontrando-se a caleira, sobre a parede em causa, a funcionar muito deficientemente. -----

--- Esta situação, coloca em perigo a integridade física da residente do edifício, sendo de imperiosa necessidade a imediata consolidação/recuperação da estrutura do imóvel, que não apresenta condições mínimas de habitabilidade e solidez. -----

--- Em anterior vistoria realizada em catorze de Julho de mil novecentos e noventa e oito, já a comissão de então, verificou a necessidade de realização de obras de recuperação da estrutura em madeira, tendo na sequência do mesmo, sido notificada a proprietária – Maria Eugénia Jorge Moreira – para que procedesse a obras de reparação do imóvel, sem que até à presente data se verificasse a realização de qualquer obra.-----

--- Face ao exposto, reitera-se o anteriormente referido, no sentido de se proceder de imediato à consolidação do imóvel, sugerindo-se para o efeito que seja notificada novamente a proprietária, para a realização das obras. Sugere-se ainda, que caso a proprietária não proceda em conformidade com a notificação, que as obras sejam realizadas por iniciativa da Câmara, sendo os custos imputados à proprietária, dado que se trata de uma situação que carece de uma rápida intervenção.”-----

--- Na sequência dos contactos legalmente estabelecidos com a proprietária, e não se verificando possibilidade de intervenção pela mesma, a senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs: -----

--- “À consideração do senhor Presidente, com proposta de agendamento, a intervenção pela autarquia dada a situação grave relatada, com conhecimento à proprietária e informação da imputação dos custos decorrentes da referida intervenção”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, devendo a Câmara proceder à intervenção no imóvel, imputando os custos à proprietária. -----

--- **JARDIM DE INFÂNCIA DE ALCANEDE** – Pela **Assessoria Urbanística** foi

presente a informação número dezasseis/dois mil e um, de vinte e um de Fevereiro último, do seguinte teor:-----

--- “Em cumprimento do despacho do Exm.º senhor Presidente de doze de Agosto de dois mil, no sentido do acompanhamento da obra pelos signatários, efectuamos a décima e décima primeira deslocação à mesma em sete e em dezanove de Fevereiro de dois mil e um. -----

--- PONTO DE SITUAÇÃO:-----

--- UM – TÉCNICO-----

--- O projecto de arquitectura foi aprovado em vinte e dois de Dezembro de dois mil ----

--- A obra dos Arranjos Exteriores foi adjudicada pela Junta de Freguesia, na sua reunião ordinária de vinte e seis de Dezembro de dois mil, à firma EGC – Eurico Garcia, Construções, Limitada (a mesma do Jardim de Infância), pelo valor de dez milhões quatrocentos e vinte mil escudos a que acresce o valor do IVA de cinco por cento, o que totaliza dez milhões novecentos e quarenta e um mil escudos. -----

--- Não temos conhecimento de deliberação da atribuição de financiamento para os Arranjos exteriores. -----

--- DOIS – EMPREITADA -----

--- Edifício do Jardim de Infância -----

--- A obra decorre a bom ritmo. -----

--- Encontram-se em execução os trabalhos de acabamentos interiores (pinturas de portas, quadro eléctrico e iluminação e pormenores) e correm os de assentamento de pavimentos. -----

--- Arranjos Exteriores -----

--- A obra decorre a bom ritmo -----

--- Encontram-se concluído o telheiro, muro exterior rede exterior de abastecimento de água e esgotos domésticos e pluviais e os lancis e divisórias de espaços. -----

--- Quanto à fossa, a mesma não foi executada de acordo com o projecto e indicações da fiscalização, ficando por executar uma célula. Não obstante tal afectar o bom

funcionamento desta atendendo a que o seu período de existência afigura-se curto devido à próxima execução do Sistema de Águas Residuais a cuja ligação implica a desactivação da fossa, entendeu-se deixar a mesma com dois compartimentos.-----

--- Encontra-se em execução os trabalhos de pavimentação e ajardinamento e acabamentos de pormenor.-----

--- TRÊS – FINANCEIRO-----

--- Foi-nos presente através do ofício sete de quinze de Janeiro de dois mil e um do senhor Presidente da Junta de Freguesia, as facturas duzentos e oitenta, duzentos e oitenta e um e duzentos e oitenta e dois de vinte e sete de Dezembro de dois mil do empreiteiro EGC. Limitada.-----

--- As facturas referem-se a trabalhos executados e previstos no projecto. Assim, emite-se parecer favorável à liquidação de quatro milhões vinte e dois mil setecentos e cinco escudos (IVA de cinco por cento incluído) correspondendo a três milhões oitocentos e trinta e um mil cento e quarenta e oito escudos de trabalhos.-----

--- Foi-nos presente a factura de trabalhos a mais número duzentos e setenta e oito e duzentos e setenta e nove de vinte e sete de Dezembro de dois mil, acompanhadas do ofício número nove de dezoito de Janeiro de dois mil e um da Junta de Freguesia, no valor de dois milhões novecentos e vinte e um mil trezentos e trinta e oito escudos. Analisado o mesmo, verificou-se que não se encontrava correcto no que respeita aos preços unitários, pelo que foi devolvido.-----

--- SÍNTESE-----

--- Adjudicação dos trabalhos de Arranjos Exteriores.-----

--- Não temos conhecimento de deliberação da atribuição de financiamento para os Arranjos exteriores.-----

--- A obra decorre a bom ritmo. Como previmos em informações anteriores, devido a arranjos exteriores, a obra deverá estar concluída no início do mês de Março.-----

--- Praticamente, no interior do edifício, falta a conclusão do Quadro Eléctrico e iluminação, pintura de portas e alguns pavimentos.-----

ACTA Nº. 10/01
Reunião de 29 de Março de 2001

--- Nos arranjos exteriores faltam os trabalhos de pavimentação e ajardinamento e acabamentos de pormenor.-----

--- Parecer favorável ao pagamento de quatro milhões vinte e dois mil setecentos e cinco escudos.-----

--- Devolvidas as facturas duzentos e setenta e oito e duzentos e setenta e nove de vinte e sete de Dezembro de dois mil para as rectificações. -----

--- Quadro de Execução Financeira -----

--- EMPREITADA DE EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA -----

--- Nota: Verificou-se uma correcção do IVA de dezassete por cento para cinco por cento -----

| | | |
|---|----------------|------|
| Valor de adjudicação, com IVA (5%) | 33 075 000\$00 | % |
| Parecer favorável de liquidação, até ao momento (com IVA) | 26 860 794\$00 | 81.2 |
| Resta executar de obra adjudicada | 6 214 206\$00 | 18.8 |

--- EMPREITADA DOS ARRANJOS EXTERIORES-----

| | | |
|---|----------------|------|
| Valor de adjudicação, com IVA (5%) | 10 941 000\$00 | % |
| Parecer favorável de liquidação, até ao momento (com IVA) | 3 223 665\$00 | 29.5 |
| Resta executar de obra adjudicada | 7 717 335\$00 | 70.5 |

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir encargos no montante de dez milhões quatrocentos e vinte mil escudos, acrescido de IVA, referentes à obra de arranjos exteriores do Jardim de Infância de Alcanede. -----

--- O **senhor Presidente** referindo-se ao Plano Estratégico Concelhio, sobre o qual foram remetidas propostas aos senhores Vereadores, solicitou aos mesmos que, caso tenham contributos a apresentar para complementar o referido documento, os apresentem por escrito até à próxima quinta-feira a fim de integrarem o Plano mencionado.-----

--- **SITUAÇÃO DA PONTE DE FERRO DE PERNES** – Pelo senhor Vereador Vicente Batalha foi apresentada a seguinte proposta:-----

--- “(...) O corte da ponte ao tráfego isolou ainda mais Pernes e arredores e lesou

gravemente não só o comércio local como o desenvolvimento global da Freguesia, o que é uma factura demasiado injusta e pesada, para quem sofreu um autêntico cordão sanitário ao longo de um quarto de século com o fenómeno gravíssimo da poluição do Rio Alviela; -----

--- A Ponte de Ferro não está num itinerário qualquer, está em plena Estrada Nacional número três e não foi apresentada aos órgãos autárquicos, Junta e Câmara, o relatório ou relatórios que serviram de base à decisão de cortar a Ponte de Ferro em Pernes ao tráfego, e essa devia ser a primeira medida de informação e divulgação;-----

--- Por outro lado, não entendemos como não começaram de imediato as obras de reforço da segurança da Ponte, essa devia ter sido a primeira prioridade, o certo é que uma semana passada sobre a decisão nada foi feito, o que é lamentável, e denota total inépcia e ausência de consideração sobre os prejuízos causados, sobre os transtornos e dificuldades colocados aos utilizadores, e revela desconhecimento da realidade. Não basta tomar uma decisão como esta, e cruzar os braços. Alternativas, sinalização adequada e início de obras de reforço da segurança, para que tudo volte à normalidade, gradual, embora fazendo desrinça, se for caso disso, entre o trânsito de ligeiros e trânsito de pesados. Até à data, infelizmente, nada;-----

--- Relativamente às obras da nova Ponte com correcção de traçado, os prazos de início e conclusão da obra devem ser anunciados pelos responsáveis oficialmente, para que não restem quaisquer dúvidas e os compromissos sejam realmente cumpridos. -----

--- Se têm sido dados ouvidos aos protestos e reivindicações da Junta de Freguesia, nesta última década, se têm sido cumpridos os compromissos e as garantias escritas nos últimos anos, esta situação tinha sido evitada, a Ponte nova estaria concluída e não estávamos a braços com este gravíssimo e anormal problema da Ponte de Ferro, em plena Estrada Nacional número três. Há responsáveis políticos, mas quem sofre as consequências são as populações, uma parte substancial do concelho de Santarém, é em última instância Pernes, como pólo de atracção de toda aquela vasta região; -----

--- Por isso, propôs: -----

--- Que a Câmara Municipal de Santarém desenvolva todas as diligências e tome posição clara quanto a esta situação grave atrás descrita junto dos responsáveis da tutela e junto do Governo, e que intervenha de imediato no sentido de beneficiar os itinerários alternativos e de insistir para as necessárias rectificações da sinalização que se impõem de modo a que Pernes não continue ainda mais isolada do que a própria e injusta situação exige.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta e remetê-la ao Instituto das Estradas de Portugal-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Informação número cinquenta e nove do **Departamento de Obras Municipais** de doze do corrente mês, fazendo o ponto de situação das empreitadas referenciadas a vinte e oito de Fevereiro, bem como a reprogramação até trinta de Junho daquelas que já reúnem condições de concretização.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Nota Interna do Gabinete do **Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial"**, remetendo estatística dos visitantes que se deslocaram aos monumentos da cidade durante o mês de Fevereiro, bem como dando conhecimento das vendas de material, ocorridas nestes monumentos e dos valores efectuados em bilhetes no Museu Municipal e Torre das Cabaças.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor** – Estatística do mês de Fevereiro dois mil e um. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Gabinete do Secretária-Geral da Assembleia da República**, remetendo requerimento apresentado pelo senhor Deputado Henrique Gonçalves que pretende cópias das actas das reuniões da Comissão Especializada de Fogos Florestais Municipal de Santarém relativas aos anos de mil novecentos e noventa e nove a dois mil e um. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e dar satisfação ao

solicitado através do Gabinete Municipal de Protecção Civil. -----
--- Ofício da **Estação Zootécnica Nacional** remetendo ordem de serviço relativa a medidas de prevenção contra a febre aftosa – Planos de alerta. -----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Ofício da **Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**, remetendo cópia do relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Departamento de Geotécnia relativo às Muralhas de Santarém – Encosta virada à Calçada do Alfange. -----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Ofício do **Laboratório Nacional de Engenharia Civil** remetendo parecer sobre a estabilidade dos muros de suporte do cemitério de Santa Iria da Ribeira de Santarém. ---
--- Tomado conhecimento. -----
--- Ofício do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português** remetendo cópia da resposta do Ministério da Cultura ao requerimento da senhora Deputada Luísa Mesquita sobre “Património Classificado – A queda das Muralhas das Portas do Sol na Cidade de Santarém”.-----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Ofício do **Grupo EDP - Distribuição Energia, Sociedade Anónima** – sobre contrato de concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em Baixa Tensão.-----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Fax do **CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas** remetendo a lista dos corpos sociais para o triénio dois mil e um/dois mil e quatro. -----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Relatório e Contas referentes ao exercício de dois mil do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas -----
--- Tomado conhecimento. -----
--- Ofício da **Junta de Freguesia de Pernes** remetendo cópia de ofício dirigido ao Senhor Presidente do IEP - Instituto das Estradas de Portugal relativo à Ponte de Ferro sobre o Rio Alviela.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças** convidando o Executivo Municipal a assistir à chegada e controle dos participantes no Rali dos Templários no próximo dia um de Abril às quinze horas e dez minutos. -----

--- Tomado conhecimento. -----

----- **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----

----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** - Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo cinquenta e dois da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia vinte e dois de Março – Recebeu a Direcção do Centro Social Interparoquial de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Reuniu-se com a Direcção dos Serviços de Engenharia do Comando da Logística do Exército Português, a propósito das implicações da “Carreira de Tiro das Corteses”. -----

--- **QUATRO** – Reuniu-se com o Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial" e a equipa que prepara os trabalhos de reformulação da candidatura de Santarém junto da UNESCO. -----

--- **CINCO** – Dia vinte e três de Março – Recebeu o Presidente da AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. -----

--- **SEIS** – Reuniu-se com a Comissão de Defesa do Ambiente de Albergaria (freguesia de Almoester). -----

--- **SETE** – Recebeu o Director Artístico do Festival de Música de Santarém, Professor Maestro José Soares. -----

--- **OITO** – Interveio na sessão da Assembleia Geral do CNEMA- Centro Nacional de

- Exposições e Mercados Agrícolas, em que foi reeleito para o cargo de Administrador. --
- **NOVE** – Participou na cerimónia de tomada de posse dos novos corpos gerentes da Associação Comercial de Santarém. -----
- **DEZ** – Participou na sessão solene de abertura do II Congresso Nacional de Tauromaquia. -----
- **ONZE** – Reuniu-se com Sua Alteza Real Dom Duarte, Duque de Bragança. -----
- **DOZE** – Presidiu à inauguração da exposição de fotografia “TAUROMAQUIA”, de Marques Valentim. -----
- **TREZE** – Dia vinte e seis de Março – Reuniu-se com o excelentíssimo Governador Civil de Santarém. -----
- **CATORZE** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede. -----
- **QUINZE** – Dia vinte e sete de Março – Recebeu Sua Excelência a Ministra da Saúde. -----
- **DEZASSEIS** – Associou-se às comemorações do Dia nacional de Dadores de Sangue, que decorreram no CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, com a presença da Presidente da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários, Dr^a. Maria José Ritta. -----
- **DEZASSETE** – Reuniu-se com o Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial". -----
- **DEZOITO** – Reuniu-se com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. -----
- **DEZANOVE** – Dia vinte e oito de Março – Reuniu-se com o Presidente da Associação Europeia de Cidades e Regiões Históricas. -----
- **VINTE** – Presidiu à sessão solene de abertura do VII Encontro de Municípios com Centro Histórico. -----
- **VINTE E UM** – Reuniu-se com o Vereador António Abreu da Câmara Municipal de Lisboa. -----
- **VINTE E DOIS** – Reuniu-se com o Coordenador do Coordenador para Portugal,

Magreb e Países de Língua Portuguesa do Forum UNESCO – Universidade e Património -----

--- **VINTE E TRÊS** – Participou na última reunião destinada à análise do processo de desendividamento do CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas junto do Banco Totta & Açores. -----

--- **VINTE E QUATRO** – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica.-----

--- **VINTE E CINCO** – Assistiu ao concerto com Sebastião Tapajós e Danilo Caymmi, promovido pela Câmara Municipal de Santarém. -----

--- **VINTE E SEIS** – Por sua proposta a presente acta foi aprovada em minuta, a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – **UM** – Estas informações reportam-se a oito de Março por não ter estado presente na última reunião do Executivo Municipal.-----

--- **DOIS** – Dia nove de Março – Recebeu munícipes com processo de vistoria – número sessenta e quatro/dois mil. -----

--- **TRÊS** – Dia dez – Participou na cerimónia de abertura da Expocriança Dois mil e um e assistiu ao espectáculo – “A cantar também se aprende”. -----

--- **QUATRO** – Dia doze – Acompanhou os trabalhos das conferências da EXPOCRIANÇA.-----

--- **CINCO** – Dia treze – Em representação do senhor Presidente participou na reunião, promovida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre “Transferências de novas competências para os municípios”.-----

--- **SEIS** – Reuniu com a direcção do Lar de Santo António. -----

--- **SETE** – Reuniu com moradores (habitação social) do Bairro do Girão, para avaliação da nova realidade habitacional e dos problemas entretanto surgidos. -----

--- **OITO** – Participou no jantar de trabalho organizado pelo Rotary Club de Santarém, no qual foi palestrante a Dr^a. Lucília Vieira – Directora do Centro de Emprego.-----

--- **NOVE** – Dia catorze de Março – Acompanhou a visita do senhor Primeiro Ministro à fábrica J. J. Louro, em Amiais de Cima, tendo na ocasião sido feita a apresentação de novo programa de emprego. -----

--- **DEZ** – Dia quinze de Março – Integrou a mesa do workshop – Risco e Delinquência na EXPOCRIANÇA. -----

--- **ONZE** – Visitou, na Escola Dr. Ginestal Machado a exposição “Escola, quarenta e quatro anos...” -----

--- **DOZE** – Assistiu ao encerramento, na Escola Superior Agrária, das Primeiras Jornadas de Marketing e Consumo. -----

--- **TREZE** – Dia dezasseis de Março – Esteve presente no seminário “Adolescência” integrado na “EXPOCRIANÇA” -----

--- **CATORZE** – Dia dezassete – Acompanhou a comitiva Romena ao jantar. -----

--- **QUINZE** – Dia dezanove – No Dia do Concelho associou-se às diferentes actividades propostas iniciadas com a sessão solene de celebração do Protocolo de Geminação entre Santarém e Targoviste – Roménia. -----

--- **DEZASSEIS** – Deslocou-se seguidamente para a Chã de Baixo onde participou nas cerimónias religiosas das festividades locais. -----

--- **DEZASSETETE** – Dias vinte e dois e vinte e três – Participou em SAFI – Marrocos, em representação do senhor Presidente, no colóquio Luso Marroquino “Mundialização e Desenvolvimento Local: análise e perspectivas”, tendo proferido intervenção subordinada ao tema “O Papel dos Municípios na Valorização do Património Histórico e Cultural”. -----

--- Esta acção de cooperação técnica e cultural com municípios de Marrocos foi organizada pelo CEDREL – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local e integrou também os presidentes das Câmaras de Abrantes, Ourém e Montemor-o-Novo bem como o Vice-Presidente da Câmara de Leiria. -----

--- Foram feitas reuniões de trabalho com os municípios de Azemmour (Azamor), El Jadida (Mazagão), Onalida e Sonira Kedima, bem como visitados pontos turísticos de

interesse pela sua ligação à presença portuguesa em África. -----

--- **DEZOITO** – Dia vinte e sete – Representou o senhor Presidente na sessão de abertura das Jornadas de Viticultura.-----

--- **DEZANOVE** – Reuniu no Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange para equacionar problemas relacionados com os futuros realojamentos na Praça Oliveira Marreca.-----

--- **VINTE** – Reuniu com o Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede e técnicos que acompanham a obra de construção do Jardim de Infância de Alcanede e arranjos exteriores para acertos finais.-----

--- **VINTE E UM** – Dia vinte e oito – Recebeu o Alto Comissário para as Minorias Étnicas, que se deslocou a Santarém, a nosso pedido, para discutir formas de realojamento da população cigana e problemas a elas inerentes.-----

--- **VINTE E DOIS** – Recebeu munícipe no âmbito de processo de contra-ordenação número cinco/dois mil e um. -----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO - UM** - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras particulares e contra-ordenação, constantes do Edital número setenta e três/dois mil e um.-----

--- **DOIS** – Dia vinte e três de Março – Participou na Assembleia Geral do CNEMA-Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- **TRÊS** – Integrou a mesa da Assembleia Geral da Associação Comercial de Santarém em que tomaram posse os elementos dos órgãos sociais, onde usou da palavra. -----

--- **QUATRO** – Dia vinte e quatro de Março – A propósito do aniversário da elevação de Alcanhões a Vila, participou num debate nesta freguesia sobre a problemática da vinha e do vinho, onde usou da palavra.-----

--- **CINCO** – Assistiu ao espectáculo de fados e guitarradas na Igreja da Graça, integrado nas Festas da Cidade.-----

--- **SEIS** – Dia vinte e cinco de Março – Visitou a Exposição Canina Internacional, no CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- **SETE** – Participou nos trabalhos do Congresso de Tauromaquia e fez parte da mesa que presidiu à respectiva sessão de encerramento. -----

--- **OITO** – Dia vinte e seis de Março – Presidiu à sessão extraordinária do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. -----

--- **NOVE** – Participou nos trabalhos do grupo encarregado de elaborar a proposta de Regulamento do Conselho de Segurança Municipal. -----

--- **DEZ** – Dia vinte e sete de Março – Esteve presente no Encontro Nacional de dadores Benévolos de Sangue, realizado no CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, com as presenças da senhora Dr^a. Maria José Ritta, da Senhora Ministra da Saúde e do senhor Secretário de Estado da Saúde. -----

--- **ONZE** – Assistiu ao recital de poesia “Tecendo Amores”, pela Professora Rute Farias Larré, na Casa do Brasil que se revestiu de elevado nível e muito interesse. -----

--- **DOZE** – Dia vinte e oito de Março – Assistiu ao recital de Danilo Caymmi e de Sebastião Tapajós, no CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, integrado nas Festas da Cidade.-----

--- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA – UM** – No dia vinte e três de Março, esteve presente nas exéquias solenes do Pai do Padre Carlos Alberto Ramos, Pároco das Freguesias de Pernes e do Arneiro das Milhariças, e que foram presididas por Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Santarém, Dom Manuel Pelino, com a participação de muita população e representantes, sobretudo, de Pernes, mas também do Arneiro. Uma vez mais, aproveitou a oportunidade para dirigir ao senhor Padre Carlos sentidas condolências. -----

--- **DOIS** – À noite, esteve na Biblioteca Municipal Braamcamp Freire, onde participou na inauguração das Exposições “Tauromaquia” fotografia de Marques Valentim e “Bibliografia sobre Tauromaquia”. -----

--- **TRÊS** – No dia vinte e quatro de Março, assistiu à inauguração da Exposição de Pintura sobre Tauromaquia, no Centro Cultural Regional de Santarém, depois de ter estado na parte final do Painel da tarde, moderado pelo José Niza, no CNEMA - Centro

Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, integrado no II Congresso Nacional de Tauromaquia. Gostaria de sublinhar o papel cultural da Festa Brava, nomeadamente, na arte literária ou pictórica, para além do seu enraizamento nos usos, costumes e tradições do Povo ribatejano. A exposição patente no Fórum Mário Viegas apresenta belíssimos motivos da arte de tourear, na pintura de António Inverno, Mário Rodrigues, Álvaro Mendes, Licínio Paraiva e Natália Bastos. Esteve também no jantar oferecido aos Congressistas, na Casa do Campino. -----

--- **QUATRO** – À noite, assistiu ao concerto “Alma Lusa”, com a voz de Cristina Branco, a guitarra de Custódio Castelo e a guitarra clássica de Miguel Carvalhinho, que encheu quase por completo a nossa Igreja da Graça. Concerto de recorte e de qualidade, pictórico e literário, na luminosidade, nos claros escuros, nos poemas de Fernando Pessoa, Eugénio de Andrade ou de Luís Vaz de Camões, sem esquecer a Lágrima de Amália Rodrigues. Simplesmente, notável. A mestria e o virtuosismo dos instrumentos, com Carlos Paredes sempre presente, a beleza, a sonoridade, a intensidade da voz, a presença do fado, da saudade, da alma Portuguesa, um estilo interpretativo inovador, que alia as raízes clássicas à modernidade da ambiência, um neoclassicismo que marca uma época e vai fazer escola. A noite dos silêncios, da partilha e comunhão espiritual, do calor sentido dos aplausos.-----

--- **CINCO** – No dia vinte e sete de Março, Dia Mundial do Teatro, esteve presente, no Círculo Cultural Scalabitano, nas respectivas comemorações, que, para além da leitura da Mensagem Internacional pelos representantes dos Grupos de Teatro da cidade, consistiu numa justa Homenagem a José Pedro, homem de teatro, cuja morte o ceifou na força da vida, em Junho de mil novecentos e noventa e cinco.-----

--- Da Mensagem Internacional escrita pelo dramaturgo grego, Iakovos Campanelis, membro da resistifascista na Segunda Grande Guerra que esteve cinco anos no campo de concentração de Mauthausen, preso e torturado, quis destacar: “Penso que o teatro nunca deixará de existir. Penso, apesar disso parecer absurdo, que esta Arte muito antiga é também a Arte do futuro. Qual é o fundamento de tal previsão optimista para o futuro do

teatro?-----

--- Da consciência de que o teatro é uma necessidade de alma, uma necessidade que o homem jamais poderá abolir. E os nossos sonhos? -----

--- O teatro nunca deixará de existir, porque o homem nunca poderá deixar de viver sem a angústia do seu próprio conhecimento, sem a necessidade existencial de ser, ao mesmo tempo, espectador de si e espectador das suas acções. -----

--- A arte do teatro alimenta-se destes componentes psíquicos, e pode, desse modo, renascer milénio após milénio e continuará a existir enquanto o Ser humano se mantiver o fruto natural do amor.” Que Viva o Teatro, sempre! -----

--- Do saudoso José Pedro, homem dos sete ofícios, carpinteiro, e artesão da arte do teatro, seu amador no seu verdadeiro sentido do termo, que tanta falta fez ao teatro em Santarém, quis sublinhar o interessante pensamento da sua autoria: “Aspiro a não saber todas as respostas mas a fazer todas as perguntas. “José Pedro continua vivo entre nós, junto da sua família, amigos e companheiros, da gente do teatro. Santarém deve-lhe muito, o teatro deve-lhe muito, o teatro deve-lhe a vida. Em boa hora, o Centro Dramático Bernardo Santareno, com o contributo de todas as companhias de teatro de Santarém, homenageou José Pedro, um dos seus fundadores.-----

--- Que continuem a fazer teatro, nos teatros, que o Sá da Bandeira e o Rosa Damasceno sejam devolvidos ao público, à cidade, ao concelho, à região, ao público, sua razão de ser. A Câmara tem que ter esta responsabilidade bem presente, e cumpri-la como deve. -

--- **SEIS** - No dia vinte e oito de Março, estive no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, onde assistiu ao recital de Danilo Caymmi e de Sebastião Tapajós, integrado nas Festas da Cidade. -----

--- **SETE** – “Para se realizarem em democracia, estas reformas necessitam de um forte poder político, apoiado numa mobilização popular assente na esperança de que as dificuldades do presente e do futuro imediato podem ser superadas com mais trabalho, esforço e confiança. Exigem líderes políticos que falem claro e que falem de dificuldades em vez de facilidades.” São afirmações de José Pacheco Pereira, no final do artigo

inserido no diário “Público”, de vinte e dois de Março. -----

--- Há quem goste mais de facilidades, de discursos e intervenções suaves, ligeiras, superficiais, que não incomodem, nem façam pensar, antes aligeiram consciências e as absolvam. Sem ser pessimista, nem fundamentalista, nunca gostou desse tipo de discursos, e cada vez gosta menos, à medida que se sente mais responsável ou co-responsável. -----

--- Por isso, prefere falar das dificuldades, e estar atento a elas, para as tentar superar melhor. -----

--- Nesse “Público”, de vinte e dois de Março, vinha também um artigo, cujo título afirmava: “Lei dos solos é incoerente e ultrapassada – Normas do ordenamento do território não estão a ser aplicadas dizem especialistas”. E o texto prossegue: Uma ocupação dos solos “demasiado anárquica, sem cuidados preventivos” para os caprichos da natureza, a que se soma um “excesso de impermeabilização” dos terrenos em violação às normas existentes, principalmente ao nível das urbanizações – estes são os principais “pecados” cometidos no nosso país em matéria de ordenamento do território que se tornam mais visíveis perante situações naturais extremas, na opinião de alguns especialistas. A falta da revisão da Lei dos Solos de mil novecentos e setenta e seis, “incoerente e ultrapassada”, só tem vindo a piorar o panorama. -----

--- Para Fonseca Ferreira, presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Associação Sociedade e Território, a construção desordenada em vales, leitos de cheia, encostas acentuadas ou linhas de água, a somar ao incumprimento dos limites de impermeabilização do solo, sobretudo nas urbanizações, têm feito aumentar excepcionalmente a fúria com que os “deuses” nos têm castigado. Em seu entender, é sobretudo a nível da aplicação das regras do ordenamento do território que mais erros se têm cometido, pelo menos desde a publicação da lei de bases e da regulamentação, em mil novecentos e noventa e oito e mil novecentos e noventa e nove, respectivamente. Ou seja, é sobretudo a nível local que as coisas correm mal, devido aos constantes “fechar de olhos” aos abusos construtivos, por falta de firmeza para impor

que se respeitem as regras. Por isso, defende que, em matéria de ordenamento do território, precisamos urgentemente de uma lei de “tolerância zero”. Ou – acrescenta – por outros interesses e cumplicidades em jogo. Também o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, desferiu na televisão igual ataque e confirmou que é em matéria de ordenamento do território que se fizeram os maiores erros, até crimes ambientais, e que neste aspecto, o País vai mal. -----

--- Celeste Coelho, docente do Curso de Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, afirma a concluir: “Devemos aproveitar este momento em que estão a ser feitos os planos de ordenamento da orla costeira da bacia hidrográfica e a revisão dos planos directores municipais para fazer a articulação entre todos, até mesmo ao nível de pormenor”. Se a isso se juntar mão firme na aplicação das normas, e ser acompanhadas de regulamentos municipais criteriosos de usos dos solos. Onde estão, perguntou. Mais palavras, para quê!? Não é só a Coligação Democrática Unitária que diz, são outras vozes insuspeitas é a realidade que só não vê quem não quer, e que é o que é, custe o que custar e doa a quem doer. E há responsáveis políticos, e também técnicos pela situação a que se chegou, disso não tenhamos quaisquer dúvidas. Salta à vista! -----

--- Deixou uma sugestão à senhora Vereadora Graça Morgadinho e ao senhor Vereador Hermínio Martinho: sabendo-se a dificuldade reconhecida quanto aos prolongados horários de funcionamento de bares e discotecas, de conciliar quem se quer divertir com quem quer e necessita descansar considerou interessante a campanha que está a ser feita em Coimbra, nomeadamente, onde todos os cartões de consumo têm impressa a seguinte frase: “RESPEITE O SILÊNCIO DE QUEM DESCANSA. NÃO FAÇA BARULHO À SAÍDA.” Aliás, há também a possibilidade de afixar cartazes no exterior dos estabelecimentos, apelando no mesmo sentido, já que, se dentro dos estabelecimentos há regras claras a cumprir quanto à insonorização, é no exterior que normalmente surgem os conflitos. Era uma maneira de sensibilizar e motivar os jovens para as regras de civismo e de convivialidade. A Câmara poderia tentar junto dos empresários da noite de

ACTA Nº. 10/01
Reunião de 29 de Março de 2001

Santarém este tipo de acção, que não resolvendo tudo, poderá dar alguns frutos. -----

--- Ao senhor Presidente da Câmara solicitou uma informação escrita sobre a seguinte situação: houve no Executivo, após ampla troca de impressões, incluindo com o público interessado no assunto, um consenso alargado sobre a necessidade imperiosa de fazer uma saída para sul do Bairro do Sacapeito, que não tem saída a não ser pela Azinhaga dos Galhardos, o que considerou uma aberração urbanística, como primeira prioridade, e também complementarmente que fosse retomada a obra da Estrada do Poço do Reto. Segundo informações de técnico especializado, que considera, essa hipótese está já inviabilizada ou em vias de o ser. Em conclusão, que lhe seja informado, para quando está prevista a saída sul, e se corresponde ou não à realidade a informação que lhe chegou quanto à impossibilidade de se fazer a Estrada do Poço do Reto. Ambas as questões são muito importantes, pelo que aguarda com a brevidade possível a respectiva informação escrita. -----

--- Considerou ainda que não se pode falar em Sacapeito e em Campo Infante da Câmara sem estas soluções concretizadas, para bem do descongestionamento de Santarém. -----

ENCERRAMENTO -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram treze horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi. -----

O PRESIDENTE -----

--- _____

OS VEREADORES -----

--- _____

ACTA N.º 10/01
Reunião de 29 de Março de 2001
